

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Patrícia de Sousa Lourenço

Política de assistência social e serviço social

**Juiz de Fora
2019**

Patrícia de Sousa Lourenço

Política de assistência social e serviço social

Trabalho de conclusão de pós-graduação apresentado a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção de título de pós-graduação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marina Castro

Juiz de Fora

2019

Patrícia de Sousa Lourenço



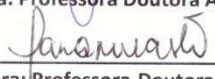
Patrícia de Sousa Lourenço

Política de Assistência Social e Serviço Social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de especialização em Política Social, Serviço Social e Processo de Supervisão de Estágio (segunda turma).

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 20/12/19, por banca composta pelas seguintes docentes:


Avaliadora: Professora Doutora Ana Maria Ferreira


Orientadora: Professora Doutora Marina Castro


Avaliadora: Professora Doutora Alexandra Eiras

Nota obtida: 70

Juiz de Fora
Dezembro de 2019

RESUMO

Este trabalho é voltado para o Serviço Social e suas relações com os desdobramentos da “Questão Social”, especificamente, em relação à desigualdade social em sua vertente na pobreza, como uma das características da questão social e, que se submete sob a predominância do capital financeiro. Desta forma, esboçaremos características da profissão, operacionalizada nos espaços sócio-ocupacionais, nos quais, os assistentes sociais atuam frente a estas manifestações da questão social, que assumem configurações que expressam tais situações em múltiplas dimensões humanas, colocando em situação de exclusão social amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Pontuaremos sobre a política de assistência social, os aparatos normativos que reforçam a sua perspectiva de política pública, e os limites e desafios para esta política mediante o cenário de retração de direitos. A metodologia utilizada para este trabalho consiste em pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Questão Social. Capitalismo. Pobreza. Serviço Social.

RESUMEN

Este trabajo se centra en el Trabajo Social y sus relaciones con el desarrollo de la "Cuestión Social", específicamente, en relación con la desigualdad social en su aspecto de pobreza, como una de las características de la cuestión social y, que se presenta bajo el predominio del capital financiero. De esta manera, describiremos las características de la profesión, operacionalizadas en espacios socio-ocupacionales, en los cuales los trabajadores sociales actúan frente a estas manifestaciones del problema social, que asumen configuraciones que expresan tales situaciones en múltiples dimensiones humanas, colocando en una situación de exclusión social amplios segmentos de la sociedad civil en el acceso a los bienes de la civilización. Nos centraremos en la política de asistencia social, los mecanismos normativos que refuerzan su perspectiva de la política pública y los límites y desafíos para esta política a través del escenario de retracción de los derechos. La metodología utilizada para este trabajo consiste en la investigación bibliográfica.

Palabras-clave: Problema social. Capitalismo Pobreza Servicio social.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. CAPÍTULO I	
1.1. Expressões da questão social e os impactos produzidos pela sociedade capitalista no trabalho do assistente social	09
1.2. Pobreza, exclusão e subalternidade reflexos da questão social	14
3. CAPÍTULO II	
2.1. Política de Assistência Social e Serviço Social	22
2.2. Lugares de atuação do assistente social	26
2.3. Situações do Cotidiano do Trabalho Profissional.....	35
4. CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é pré-requisito para a conclusão do curso de pós-graduação em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tem por objetivo mostrar uma das expressões da Questão Social, a exclusão social na pobreza e no trabalho do assistente social.

O profissional assistente social que atua em face da pobreza proveniente da desigualdade social enfrenta diuturnamente os reflexos da questão social. Os problemas advindos da condição de pobreza cultural, intelectual, material entre outros, apontam uma exclusão social que faz faltar, a uma expressiva camada da população, até as necessidades básicas de sobrevivência, ou seja, ao acesso aos bens da civilização. O assistente social que atua nos espaços sócio-operacionais se atarefa nestas demandas emergenciais, as quais, não podem e nem devem ser negligenciadas por tal profissional, posto ser um dos profissionais a direcionar o sujeito em condição de miséria social. Somos sabedores que esta expressão de pobreza não se resume como indicativo único da questão social, sendo esta

o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2005, p. 27).

No entanto, nos espaços sócio-operacionais, o assistente social se depara assoberbado pelas demandas advindas, quase exclusivamente e, em grande proporção, de uma camada da sociedade situada na ponta extrema da desigualdade social, na miséria e na pobreza.

Atualmente, estamos nos deparando, a cada dia, com o aumento das expressões da desigualdade social e o fenômeno da pobreza. Realidade atrelada às expressões da questão social e aos impactos produzidos pela sociedade capitalista no trabalho do assistente social em diferentes espaços do fazer profissional do assistente social.

Desta forma, buscando compreender esta relação vamos perceber que ao longo da história da sociedade brasileira, uma classe social, a dos trabalhadores, se localiza na condição de pobreza. Enquanto outra classe social, a dos burgueses,

como exploradores da mão de obra do trabalhador, instalada na condição de bem-estar social e detentora dos frutos e lucros do capital. Neste trabalho, parte-se do entendimento das expressões da questão social enquanto desigualdades postas na sociedade capitalista, e, seus reflexos na linha de frente do trabalho do assistente social.

A questão social, como expressão da desigualdade de classes, teve seu expoente quando os trabalhadores se revoltaram culminando, no contexto europeu, na revolução de 1848, conhecida como a “Primavera dos Povos”. Aí começaram a compreender que tal situação de exploração de trabalho era insustentável. Não mais aceitavam vivenciar a desigualdade como um destino.

Observa-se que ter despertado a consciência de classe foi um avanço possível naquele momento, porém, faltou ao movimento o poder político, a ascensão à elaboração de leis que mudassem o paradigma de direitos sociais e assim, contribuisse para a ascensão de ser um cidadão de direitos da classe trabalhadora. E, não responsabilizando o trabalhador por não conseguir acessar uma condição de vida social digna.

Assim, compreendermos este movimento histórico e, que, o assistente social atua tanto a questão social relacionada diretamente à desigualdade social, quanto com as questões ligadas aos seus desdobramentos tais como: dificuldades em prover os meios de sobrevivência, conflito familiares, violência, falta de medicamentos, dentre outros problemas sociais que se apresentam no dia a dia do assistente social.

Lembraremos que o Serviço Social tem seu nascedouro devido as demandas da classe dominante para atender à necessidade de reprodução da classe trabalhadora. Contudo, os desdobramentos sócio-políticos que a profissão produziu, fizeram a profissão chegar a um ponto de o Serviço Social ser reconhecido como uma profissão liberal útil para a sociedade, profissão de nível superior, e de caráter acadêmico-científico.

Desta forma, há que se investir na formação acadêmica do Serviço Social a fim de que o futuro assistente social adquira conhecimento sobre como a questão social se implanta na sociedade brasileira e como é percebida ao longo do tempo por esta sociedade. Outro trabalho é o de formar e informar a classe trabalhadora sobre as formas de se organizar contra esta questão social fomentadora das desigualdades sociais. Também, veremos como o profissional assistente social, que

se encontra inserido neste processo de compra e venda da força de trabalho, pode compreender o espaço social em que todos estão inseridos.

Pontuaremos sobre espaços sócio-operacionais de atuação do assistente social no âmbito da política públicas, sendo o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, um destes espaços para o fortalecimento dos movimentos populares. Lugar de convergência para os encaminhamentos detectados nos outros espaços de trabalho. Lugar público, por isso, espaço privilegiado para dirimir as discussões sobre a questão social e seus reflexos na vida diária do sujeito em situação de risco social. Outro espaço sócio-operacional é o setor privado, como exemplo, falaremos de um caso na clínica de hemodiálise em Barbacena, Minas Gerais. Na qual, aparecem muitas pessoas que, além do problema de saúde, são cidadãos advindo da classe sócio-econômica baixa, numa situação de nítida de desigualdade social. Pessoas que não estão inseridas em nenhum projeto de políticas públicas a fim de dirimir tal desigualdade. O trabalho do assistente social, além de atender a demanda da instituição, com suas regras preestabelecidas, percebe as necessidades sociais daquele sujeito, deve atuar no sentido de esclarecimentos de seus direitos e encaminhamentos aos serviços sociais de referência.

Portanto, no primeiro capítulo faremos uma breve apresentação sobre a questão social, a fim de que possamos chegar à delimitação de uma de suas expressões, a pobreza e seus reflexos, provenientes da desigualdade social.

No segundo capítulo pontuaremos sobre as políticas públicas de assistência social como um dos recursos a alcançar a desigualdade social, e, sobre os avanços da profissão Serviço Social.

Para ilustrar os efeitos danosos desta desigualdade fruto da questão social, vamos apresentar dois casos representativos das consequências danosas da questão social e, as dificuldades de direitos de acesso ao pleno exercício da cidadania que os sujeitos excluídos da proteção social vivenciam. Faremos paralelo, ao demonstrar, também, a atuação do assistente social frente a demanda emergencial e os encaminhamentos para os esclarecimentos de seus direitos.

CAPITULO I

1.1. Expressões da questão social e os impactos produzidos pela sociedade capitalista no trabalho do assistente social.

Neste capítulo partiremos de referências teóricas elucidativas que demonstram o porquê desta situação de extrema desigualdade social e empobrecimento, consequentes da “questão social” ter se instalado de maneira indelével em nossa realidade social. Nossa intenção é a de nos situarmos historicamente sobre este processo de desigualdades sociais, de exploração de mão de obra da classe trabalhadora, dos que não conseguem inserção no mercado de trabalho, e, conseqüentemente, sobram à margem do processo civilizatório, como reflexo da questão social.

Dizer do nascedouro deste fenômeno social, o da questão social, e de um dos seus desdobramentos, a pobreza em várias dimensões da vida humana proveniente da desigualdade social, e perceber a expressão desta questão social na contemporaneidade, é tarefa de observação no tempo e no espaço. Somente deitando o olhar sobre a história é que podemos enxergar os caminhos que trilhamos. Este problema é fundado numa determinada ordem social, no formato que a sociedade se organiza. Veremos que o sistema de sociedade baseado no capitalismo, no qual, a acumulação de capital sobrepõe-se à organização igualitária e universal de uma sociedade de direitos e deveres, é fomentador de um problema que será conceituado como “questão social”, posto que, o contingente da classe explorada e sem condições de acesso às mercadorias favorecedoras de bem-estar, sempre se revoltarão contra esta lógica exclusivista.

José Paulo Netto (2001), situa nos idos de 1830 a 1850, meados do século XIX, o nascedouro da expressão “*questão social*”. Segundo seus estudos aí se inicia um novo fenômeno humano, a pobreza começa a aparecer como efeito de uma desigualdade social, é neste período que se dá o advento da questão social.

Todas as indicações disponíveis sugerem que a expressão “questão social” tem história recente: seu emprego data de cerca de cento e setenta anos. Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por

críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços do espectro político. (NETTO, 2001, p. 42).

Corroborando esta indicação, Marilda Iamamoto (2001), diz que a questão social “é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente (...) tendo sido cunhada por volta de 1830” (IAMAMOTO, 2001, p. 11). Nesta direção, vislumbramos que uma camada do estrato social, a burguesia, despontava como uma ordem social privilegiada em detrimento de uma camada social que deveria trabalhar, produzir os luxos e confortos e, de tais frutos advindos de seu trabalho, nada teriam. Desta forma, uma disputa entre direitos e exploração se configurava. “A premissa é de que a *análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas*” (idem, p. 11, grifo da autora).

As diferenças de classes sempre existiram. A pobreza, conhecida como pauperismo, situação de absoluta miséria, não era estranha à época, era como se fosse natural, como se aquele não tivesse nascido de “sangue” nobre ou privilegiado. Havia certo conformismo e cada estrato vivia sua felicidade como podia.

Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. Pela primeira vez na história registrada, a *pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. (NETTO, 2001, p. 42, grifo do autor).

Os trabalhadores foram colocados para produzir, sem terem poder econômico para usufruir do produto de seu trabalho. Então, estes trabalhadores, advindo de uma classe que até então se conformara com a situação que o “destino” lhe reservara, começavam a questionar tal situação. Explorações e, conseqüentemente, adoecimentos pela jornada desumana de trabalho fizeram acordar o sujeito “cordato como vítima do destino” (idem, p.43). A ordem estabelecida se rompe. Os serviçais, transformados em trabalhadores contumazes, protestam, encaram e enfrentam seu falso fatídico destino. A partir da revolução que os trabalhadores fizeram, nos idos de 1848, a questão social se torna pública. A classe trabalhadora se organiza contra a ordem burguesa. Não mais admitem pagar o ônus do pacto social, a saber, abrir

mão de sua liberdade individual em detrimento da coletividade, e, não receberem parte da fatia do bônus, o qual seja, propriedade, segurança, conforto, fruição dos novos bens de consumo.

Os burgueses passam a defender a manutenção e a defesa da ordem do ponto de vista burguês. O trabalhador trabalha, e, o rico usufrui do fruto e do lucro resultante deste trabalho. Assim, a questão social como um problema de desigualdades de classes a ser resolvido, perde força e passa a ser considerada como naturalizada, tanto pelo pensamento conservador laico quanto pelo confessional, que só tardiamente reconhece a questão social como um problema pertinente (idem, p.43).

Contudo, obviamente por não ser a pobreza de ordem natural, os trabalhadores se vendo aí instalados e explorados começam a despertar a consciência. Não aceitam uma situação que percebem não ser digna. Querem fazer parte da fruição advinda do conforto que produzem. Porém, para a ordem burguesa não há como resolver tal problema. No muito, do lado político, o que conseguem pensar a ser feito é elaborar políticas de intervenção. No entanto, “trata-se de combater as manifestações da ‘questão social’ sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar” (idem, p. 44). Em determinados contextos as reformas aparecem como superficiais, não alcançam o âmago do problema. Para tal alcance, só uma revolução.

Tal ordem visava somente a manutenção da posição que os burgueses ocupavam sem que a “questão social” fosse de fato contemplada e solucionada no atendimento de seus interesses. Do outro lado, os trabalhadores não mais aceitam o lugar destinado. Aqui, a questão social se instala e se estabelece como um movimento que até hoje luta para a resolução de suas reivindicações. A tomada de consciência do trabalhador naquele período foi capaz de organizar e avançar para um lugar de direitos e de questionamentos desta ordem unilateral estabelecida, na qual, uns se beneficiam e outros se prejudicam. Com o advento da revolução de 1848, a classe social dos trabalhadores, assentados no estrato sócio-econômico-político na condição de pobres, passam a lutar para si (idem p. 44) e a entenderem que a lógica burguesa não os beneficiaria, ao contrário, continuaria a manter sua lógica de exploração. Por isso, “as vanguardas trabalhadoras acederam, no seu processo de luta, à consciência política de que a ‘questão social’ está

necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela”. (idem, p. 44).

Ter despertado a consciência de classe foi um avanço possível naquele momento, porém, faltou ao movimento o poder político, a ascensão à elaboração de leis que mudassem o paradigma de direitos sociais. Isto ainda levaria algum tempo para ser alcançado. O que se engendrou mais forte foi a ótica liberal, significante que identifica a burguesia que se reorganizava como detentora da ordem e do poder. Na ótica burguesa, qualquer um tem direito de alcançar sucesso e ser bem-sucedido, trata-se de uma escolha pessoal, ou seja, depende única e exclusivamente da pessoa querer. Todavia, os meios para atingir melhores condições de vida sempre foram mais acessíveis à classe burguesa, os quais, remetem ao próprio indivíduo a culpa em ser pobre e dificuldade de sair da condição de pobreza, como se fosse a pessoa que não quisesse, como se bastasse somente seu esforço pessoal, e não, que tal dificuldade de acesso fosse um problema social em que há tamanha desigualdade que torna-se impossível este acesso de forma generalizada. Vai aí uma intenção de descaracterizar a “questão social” como um problema político, econômico e social e, jogar na responsabilidade do trabalhador a incapacidade por não conseguir acessar uma condição de vida social digna. É esclarecedora a fala de Yamamoto sobre este quesito.

Cai-se na pulverização e fragmentação das questões sociais, atribuindo unilateralmente aos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades. Deriva na ótica de análise dos “problemas sociais”, como problemas do indivíduo isolado, perdendo-se a dimensão coletiva e isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais. Por uma artimanha ideológica, elimina-se, no nível da análise, a dimensão coletiva da questão social, reduzindo-a a uma dificuldade do indivíduo. A pulverização da questão social, típica da ótica liberal, resulta na autonomização de suas múltiplas expressões – as várias “questões sociais”, - em detrimento da perspectiva de unidade. (IAMAMOTO, 2001, p. 18, grifo da autora).

Quando a classe capitalista burguesa defende uma ideia, uma lógica, uma ótica centrada na acumulação de propriedade privada e bens de consumo, e, que cada um pode acessar se quiser, dependendo apenas de seu esforço para isto, é não querer enxergar o tamanho do problema que vigora. Esta forma de sociedade capitalista e em expansão fomentará a “questão social”. Dividida em classes

distintas entre proprietários do capital e trabalhadores, sendo estes últimos empurrados para uma situação na qual não conseguem se desvencilhar, a pobreza, pois não só são mal remunerados quanto nem todos conseguem entrar no mercado de venda e compra, ou seja, dentro da classe de trabalhadores tem aqueles que sobram.

A pobreza é uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista. Expansão que cria uma população sobrando, gente que se tornou não empregável, parcelas crescentes de trabalhadores que não encontram um lugar reconhecido na sociedade, que transitam à margem do trabalho e das formas de troca socialmente reconhecidas. (TELLES, 1998, *apud* YASBEK, 2001, P. 35).

Não se trata de uma pobreza antiga, pois a pobreza, como desdobramento da desigualdade entre as classes sociais já existia. A novidade está na exploração da classe social dos trabalhadores pela classe burguesa. Colocar o trabalhador para produzir e apenas produzir sem que tenha acesso àquela mercadoria que produz, e, concomitante a isto, os burgueses enriquecerem ainda mais devido a esta produção em larga escala e ao seu lucro excedente, gerando outro tipo de bem, o capital, isto desencadeou uma crescente e progressiva situação de vulnerabilidade social, portanto, maior pobreza. A exploração da mão de obra dos trabalhadores de forma mal remunerada e sem garantias, a amplificação das desigualdades, o exílio do mercado de trabalho de amplo contingente de potenciais trabalhadores, culminou numa “questão social” diferente do que até então existia.

A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociedade erguida sob o comando do capital. (NETTO, 2001, P. 46).

Mesmo assim, o interesse da classe dominante jamais foi enfrentar os problemas advindos da questão social que se apresentava. Ao contrário, fomentaram ligeiras melhoras na condição de vida do trabalhador somente para que, tendo algum recurso, pudesse consumir. Já no século XX, a aparente ascensão de parte dos trabalhadores à luz elétrica, televisão, geladeira, fogão etc, pareceu que a questão social estava resolvida.

Não por acaso, a primeira metade dos anos sessenta assistiu à caracterização da sociedade capitalista – evidentemente desconsiderando o inferno de sua periferia, o então chamado Terceiro Mundo – como sociedade afluenta, sociedade de consumo. Apenas os marxistas insistiam em assinalar que as melhorias no conjunto das condições de vida das massas trabalhadoras não alteravam a essência exploradora do capitalismo, continuando a revelar-se através de intensos processos de pauperização relativa. (idem, p 47).

Essa é a base de análise para entendermos os desdobramentos atuais que culminam na linha de frente do assistente social. Por isso, faremos um salto temporal. Não vamos passar pela análise da questão social e seus reflexos no tempo dos governos militares, seguidos pela redemocratização no Brasil, posto que, é tarefa de extensa pesquisa que demanda um tempo que não dispomos neste trabalho.

1.2. Pobreza, exclusão e subalternidade reflexos da questão social

No Brasil, o acesso da população a um conjunto de direitos ocorreu a partir de 1988. No lado político, leis foram formuladas para alcançar esta desigualdade e proporcionar universalidade, porém, são como retóricas vazias. Por exemplo, nossa bem construída constituição em 1988, considerada “constituição cidadã”, não se faz efetiva. Fica engessada por parte de um Estado submisso à lógica da economia pela ótica burguesa.

É bom lembrar que o reconhecimento de direitos, mesmo garantidos constitucionalmente, não vem se constituindo atributo efetivo das políticas sociais no país. No vasto campo de atendimento das necessidades sociais das classes subalternas administram-se favores. Décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dessas classes em nossa sociedade. (YAZBEK, 2001, p. 37).

Os objetivos sociais estabelecidos em nossa Carta Magna ainda se encontram em processo de efetivação, dado a realidade brasileira após trinta anos

desta promulgação. Vejamos artigos que remetem aos direitos e garantias fundamentais.

Artigo 3º: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - **erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais** e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 2017, p. 5. grifo nosso)).

A pretensão do verbo erradicar e a intenção do outro em reduzir, ficaram somente como poesia naquela que foi considerada uma bela Carta. Todos os que militam na área dos direitos e garantias fundamentais, sabem da realidade de extrema pobreza, do grande contingente de pessoas relegadas à margem social e, do aumento avassalador das desigualdades.

Artigo 6º: **São direitos sociais** a educação, a saúde, a alimentação, **o trabalho**, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (idem, p.10. Grifo nosso).

Parece-nos que são direitos apenas conquistados por uma determinada classe social. Se bem entendemos o que estamos discutindo até aqui, o trabalho e sua importância na questão social, podemos afirmar que há uma inconstitucionalidade sendo praticada com uma enorme parcela da população brasileira, aqueles alijados do mercado de trabalho e sem nenhum dos direitos acima garantidos.

Quanto ao artigo sétimo, este descreve trinta e quatro incisos e um parágrafo sobre os direitos do trabalhador. Acentuaremos apenas o inciso quatro para ilustrar o que designamos como retórica vazia.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe

preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. (idem, p. 10).

Todo o inciso mereceria nosso grifo para chamar a atenção da contradição com a realidade que deparamos. Nossa intenção ao trazer estes artigos são dizer que as leis em si não são suficientes para dirimir a profunda desigualdade social brasileira. Sem conquistar direitos efetivos, os trabalhadores vivenciam ao longo destes cento e setenta anos de disputa, o contínuo reforço das classes dominantes em detrimento da exploração do trabalho das massas. O processo de acumulação é crescente e em progressão geométrica. O desenvolvimento de tecnologias “apoiado na robótica, na microeletrônica, na informática (...) envolvendo amplo enxugamento dos postos de trabalho” (IAMAMOTO, 2001, p. 20), vem se aprimorando seguidamente a fim de produzir mais e em menos tempo, com menos despesas para alcançar seu fim: o lucro da mais-valia capitalista. Consequência danosa à questão social.

Para ampliar a mais-valia – processo de acumulação de capital – “reduz-se o *tempo de trabalho socialmente necessário* à produção (...) acresce-se a isso o *interesse dos empresários capitalistas em extrair uma maior quantidade de trabalho de uma parcela menor de trabalhadores*” (idem, 2001, p. 14, grifo da autora). O contingente de indivíduos que só tem seu tempo e sua mão de obra para vender como mercadoria a fim de conseguirem meios de consumir, ao não conseguirem acesso ao trabalho ficam fora do processo. “Isso faz com que o trabalho excedente dos segmentos ocupados condene à *ociosidade socialmente forçada* amplos contingentes de trabalhadores aptos ao trabalho e impedidos de trabalhar (...) são os *supérfluos para o capital*” (idem, p. 14-5). Desta forma, origina-se a uma nova pobreza, derivada dos desempregados, dos desqualificados para o mercado, dos excedentes, dos inúteis para o capital. Se instalarem à margem da sociedade, serão considerados perigosos. Portanto, serão criminalizados aqueles designados como os inúteis para o mundo, os *supérfluos para produzir e consumir*, os excedentes, os que não consomem, os que não prestam serviços, os que vivem à margem social, portanto, os marginais. Em vez de abolir a divisão de classes e favorecer condições igualitárias de vida, o que se faz é pensar programas assistencialistas aos pobres coitados à margem social.

A tendência de *naturalizar* a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em *objeto de programas assistenciais focalizados de “combate à pobreza” ou em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais*. (idem, 2001, p. 17, grifo da autora).

Neste cenário, uma parcela quantitativa da sociedade se apresenta numa condição de vida na pobreza e na miséria. Como se uma nova categoria se instalasse como classe social, como consequência, a questão social vai desaguar uma espécie de nova classe social, a subalternidade.

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência etc), expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados (...) por sua procedência de classe, por sua condição social. (YAZBEK, 2001, p. 34).

Desta situação resulta, *para a lógica burguesa capitalista*, que tal indivíduo identificado e posicionado neste lugar social, não só não é considerado útil, como gera desperdício de gastos públicos para subsidiar sua sobrevivência. Posto que o Estado investe grande soma de recursos com políticas públicas, boa parte do orçamento para atender as necessidades destes “*subalternos*”. A ótica liberal, com seu pensamento na economia e no lucro, e, com grande inserção e influência no mundo político, fará pressão para que estes gastos sejam restritos.

A crítica neoliberal sustenta que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal (GRASSI, *et alii*, 1994, *apud*, IAMAMOTO, 2001). A proposta é reduzir despesas (e, em especial, os gastos sociais), diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos. (IAMAMOTO, 2001, p. 20).

Podemos perceber que não é uma questão nova que vivenciamos. A “questão social” tem raízes profundas nas formas das desigualdades produzidas pela sociedade capitalista, que como já pontuamos, se expande para além fronteiras geográficas. A dimensão que alcançou é planetária. O que era de âmbito localizado

passou a ser globalizado. As produções e gestões de trabalho diante das exigências de um mercado globalizado fez do mundo uma grande economia cujo fim é a acumulação do capital, submetendo as políticas, as leis e a sociedade, ao poder econômico, este, dita a ordem do dia. Conseqüentemente, e numa proporção avassaladora, o problema da questão social se avulta, acumulando estragos impossíveis de sanar neste tipo de sociedade.

Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas manifestações sócio-políticas e humanas (precisamente o que se designa por “questão social”) está condenada a enfrentar sintomas, conseqüências e efeitos. (NETTO, 2001, p. 46).

No entanto, ferir de morte este capitalismo que está no seu auge, posto que globalizado, não é algo que se vislumbra no horizonte em curto prazo. Vamos levar bom tempo para reverter esta situação, pois o Capital sobre o social está de forma avassaladora nestes tempos de gestão mundial da economia. Com a prevalência do Capital sobre o social, vivencia-se a fragmentação da participação do Estado junto a implantação e implementação de políticas públicas, e, conseqüentemente, maior empobrecimento da classe trabalhadora. Por isso, a realidade que o trabalhador, mesmo empregado, e o desempregado, enfrentam para o aceso aos serviços de políticas públicas, é de extrema dificuldade ou, o que encontra são serviços sucateados e esvaziados de efetividade de direitos.

O sistema capitalista tende a desmobilizar o trabalhador o tempo todo. Uma das formas de desmobilização é não haver investimentos em locais e organizações para o fortalecimento da classe trabalhadora e, assim, diminuir os espaços de discussões tais como: Conselhos de direitos, sindicatos dos trabalhadores dentre outros que favoreçam a tomada de consciência de seus direitos. Espaços que privilegiam tanto a resolutividade imediata de suas necessidades emergenciais, quanto deveriam constituir-se de referência para organização de classe. No entanto, o que se vê são esvaziamentos de investimentos de políticas públicas voltadas para este fim.

As necessidades sociais das maiorias, a luta dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas políticas públicas, arenas privilegiadas do exercício da profissão,

sofrem uma ampla regressão na prevalência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital. (IAMAMOTO, 2015, p. 107).

A vigência é o lucro. O que puder ser feito para flexibilizar as condições de trabalho para favorecer o capital, a economia, e os detentores deste poder, será envidado esforços para legalizar tal demanda. Veja que tal flexibilização visa interesses unilaterais, ou seja, o trabalhador e seus direitos ficam fora de ter condições dignas e favoráveis de trabalho e ganho real por seu desempenho. Os ricos pensam em ficar mais ricos e a forma que encontram será a do lucro em detrimento dos direitos do trabalhador. Trocam favores entre si, beneficiam entre si. Consequência grave será o aumento do desemprego, empregos sem garantias trabalhistas, agravamento da pobreza e, claro, a questão social se amplificando.

A transferência de riqueza entre classes e categorias sociais e entre países está na raiz do aumento do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho, das exigências de contenção salarial, da chamada “flexibilidade” das condições e relações de trabalho, além do *desmonte dos sistemas de proteção social*. (idem, p. 111, grifo nosso).

Neste tipo de sociedade, o capital financeiro impulsiona seu interesse e este é contrário aos interesses de uma sociedade igualitária e sem divisão de classes. O destino do orçamento público é voltado para a economia em detrimento da questão social.

A hipótese é que na raiz da “questão social”, na atualidade, encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais, enquanto forças que capturam o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e grupos sociais, que passam a assumir os ônus das chamadas “exigências dos mercados”. (IAMAMOTO, 2008 p. 122).

A realidade desta atualidade, da economia sobre o social, tem trazido para o universo da classe trabalhadora um duplo sofrimento. Serem relegados há um estrato social de miséria material e não terem recursos para enfrentarem esta lógica perversa do capitalismo. Pois, a questão social vem sendo reduzida “aos chamados *processos de exclusão e integração social*, geralmente circunscritos a *dilemas da eficácia da gestão social*. (IAMAMOTO, 2015, p. 114).

Como falar em eficácia da gestão social num sistema de governo capitalista, parece uma falácia. Pois, ao mesmo tempo em que se delega ao Estado a responsabilidade em mediar tais conflitos, e este deveria ser seu papel de fato, os poderes econômicos nacionais e internacionais têm tomado o Estado como “refém” a fim de ser atendidos seus interesses. O que assistimos de flexibilização de leis trabalhistas e de reforma da previdência social, apenas para citar dois recentes movimentos capitalistas, é um arrocho à classe trabalhadora que vem sendo empurrada para uma situação difícil do exercício da cidadania plena.

A contenção salarial, somada ao desemprego e à instabilidade do trabalho, acentua as alterações na composição da força de trabalho, com a expansão do contingente de mulheres, jovens, migrantes, minorias étnicas e raciais, sujeitos ao trabalho instável e invisível, legalmente clandestino. Cresce o trabalho desprotegido e sem expressão sindical, assim como o desemprego de larga duração. Os segmentos do proletariado excluídos do trabalho envolvem trabalhadores idosos ou pouco qualificados e jovens pobres, cujo ingresso no mercado de trabalho é vetado. (BIHR, 199: 83-86, *apud* IAMAMOTO, 2015, p. 119).

Um grande contingente de indivíduos alijados do processo de trabalho. Sem condições de luta e sem condições de transformar sua mão de obra em meios de aquisição dos bens de sobrevivência. Considerados supérfluos para o sistema capitalista, pois, são vistos como um problema social, e, portanto, identificados nesta lógica perversa como não cidadãos, uma vez que a cidadania está atrelada ao consumo. Além disso, o “exército industrial de reserva” mantém os salários baixos e a tensão entre empregados e desempregados. O resultado é o que o assistente social se depara diuturnamente, “fome e epidemias afligem a população excluída da satisfação de suas mais elementares necessidades (...) e o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do ‘círculo da civilização’”. (idem, p. 123).

As consequências da questão social atual apresentam características diferenciadas em relação ao que se desdobrava quando da luta de classes no passado. O que percebemos são suas expressões, por um lado temos que nos deparar com: necessidades emergenciais de sobrevivência desta camada social excluída do mercado de trabalho; pobreza, miséria e fome; desemprego estrutural e não mais accidental; desinvestimento da escolarização e analfabetismo; péssimas condições de moradia e alimentação; e, adoecimentos. E por outra vertente, buscar

fomentar a luta por garantias de direitos de cidadania; organizar movimentos de minorias; formar e informar conhecimentos legais; desenvolver consciência política crítica; e, proporcionar momentos de lazer. “Nesta perspectiva, a *questão social* é mais do que as expressões de pobreza, miséria e ‘exclusão’. Condensa a banalização humana, que atesta a radicalidade da alienação”. (idem, p. 125).

Assistimos a um “desequilíbrio social” proveniente das desigualdades sociais que anunciam não uma tragédia, posto que esta é natural, mas sim, um desastre provocado pelo homem, pelo modo de produção social, pela negligência em se haver com a problemática da questão social. Os índices de desemprego e desigualdade em mais de 20% dos domicílios brasileiros apontam nesta direção.

Enquanto, no quarto trimestre de 2017, em 21,5% dos domicílios pesquisados pela Pnad Contínua não havia nenhum membro desempenhando uma atividade remunerada no mercado de trabalho, no último trimestre de 2018, essa porcentagem avançou para 22,2% – antes da recessão, no final de 2013, era de 18,6%. No caso dos domicílios de renda baixa, esta parcela passou de 29,8% para 30,1%, na mesma base de comparação – era 27,5% no último trimestre de 2013. Ainda dentro deste contexto, os dados desagregados de rendimentos (deflacionados pelo Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda) mostram que vem crescendo a desigualdade salarial entre os segmentos pesquisados, como evidenciado pelo desempenho do índice de Gini no ano passado. No quarto trimestre de 2014, a média da renda domiciliar do trabalho para a faixa de renda alta era 27,8 vezes maior que a média da renda da faixa de renda muito baixa. Já no último trimestre de 2018, a média da renda domiciliar da faixa mais alta era 30,3 vezes maior. (LAMEIRAS *et al*, 2019, recurso online).

É factível considerar que as relações de trabalho sem garantias existem para uma grande massa populacional, a noção de um emprego com proteção social é uma realidade muito distante, quase inexistente, para muitas famílias brasileiras.

CAPÍTULO II

2.1. Política de Assistência Social e Serviço Social

Vamos situar o surgimento do serviço social no Brasil, que teve seu nascedouro na década de 1930, em meio às demandas emergentes do poder da classe dominante, sendo este poder, o controle da classe trabalhadora. Neste período o país passava por um forte movimento de Industrialização e Urbanização, e, desta forma, eram necessários investimentos próximos à classe trabalhadora para manter o controle destes sujeitos e impedir o crescimento do comunismo no país. Assim, com forte influência da igreja católica, surge a atuação das Damas de Caridade com base assistencialista e benevolência para ajuda aos menos favorecidos, sendo esta ajuda mantida pela Burguesia. Ainda sobre a influência da igreja católica em 1936 surge a primeira escola de Serviço Social no Brasil.

Em 1964 vivenciamos no Brasil o golpe Militar com ascensão ao governo. Inicialmente, no período da ditadura Militar, o Serviço Social reproduzia as formas tradicionais da profissão e as ações permaneciam sendo assistencialistas, clientelistas e de caridade. Entretanto, a partir da metade da década de 1960 surge o movimento de reconceituação do serviço social, que no significado da palavra, vem restabelecer o direcionamento da teoria e prática do serviço social, relacionados à questão social.

Uma das questões que contribuíram para as mudanças, foi a industrialização e as novas demandas do mercado de trabalho para o Assistente Social, onde deu-se novas demandas profissionais, para as quais era necessário conhecimento para a intervenção profissional. Diante do contexto vivenciado pela categoria nestas décadas, surge o movimento de ruptura com as práticas tradicionais do conservadorismo, dando origem a um movimento mais crítico da realidade, onde o Serviço Social pode denominar de Movimento de Reconceituação.

O movimento de reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no Continente. Preliminarmente, deve ser salientado que o movimento de reconceituação do Serviço Social – emergindo na metade dos anos 1960 e prolongando-se por uma década – foi, na

sua especificidade, um fenômeno tipicamente latino-americano. Dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos, ideológicos, de suas raízes sociopolíticas da direção social da prática. (IAMAMOTO, 2005, p. 205).

Após quinze anos da ditadura militar no Brasil, temos em 1979 o Congresso da Virada, que gerou um profundo impacto e marco na história como momento de grande mudança com o rompimento com o conservadorismo e a luta da categoria passa a ser por um estado democrático ao lado da classe trabalhadora e, desta forma, junto aos movimentos sociais e à classe trabalhadora, lutando pelos direitos humanos. O congresso proporcionou uma nova visão para os assistentes sociais voltado para a classe trabalhadora. Assim, a construção do Projeto Ético Político do Serviço Social. Tal Projeto teve como objetivo confrontar as práticas conservadoras e, incorporar o referencial Marxista com crítica ao tradicionalismo na atuação do assistente social. Para a construção do projeto profissional houve a atuação de diversas categorias.

A partir da Constituição Federal de 1988, o serviço social ganha um novo direcionamento em relação ao momento anterior, em especial ao período da ditadura militar, quando as ações sociais eram vistas como favor, prática da caridade, ações pontuais e sem continuidade. Com a nova Carta Magna a Assistência Social passa a ter a obrigação de ser maiúscula, e, a partir desse status, cumprir seu papel de importância social no que tange à responsabilidade de compreender, pesquisar, analisar e orientar a realidade social, por entender que todo humano, movido por impulsos de necessidade, demanda e desejo, deve ter os direitos de cidadania conquistados e respeitados. Para tanto, faz-se necessário, aos profissionais do Serviço Social, teóricos/acadêmicos e/ou na prática de campo, assumirem posturas de entenderem esta realidade e elevarem, à conquistas emancipatórias, o sujeito oprimido nas relações de produção e reprodução.

Para entender a questão social nos apoiamos na teoria marxista, cuja contribuição sobre o estudo da sociedade contribuiu para a verdadeira significação da questão social. Percebemos como a forma da divisão do trabalho interfere na vida do trabalhador que passa a não fazer parte de todo o processo de produção e, conseqüentemente, dele não conseguir se apropriar e/ou desfrutar, pois, o que

produz não é para ele e sim para o patrão e para os que podem ter acesso. Apresenta, ainda, que este sistema impossibilita a emancipação humana.

Enquanto se não estabeleça a igualdade social ante os meios de desenvolvimento e de ação, a qual se deduz das tendências íntimas da produção moderna, o proclamar o direito ao homem a ser livre equivaleria a conceder generosamente a um paraplégico licença para andar. Só mediante essa igualdade chegará a ser um fato a liberdade, que é o jogo de todos os organismos humanos segundo a sua vontade consciente. (MARX, 2010, p 30).

Podemos refletir sobre a dificuldade de estabelecer a igualdade social, pois, ainda vige a reprodução das relações de produção, a qual, não proporciona e, nem interesse tem, de viabilizar os meios necessários para que de fato possa acontecer esta emancipação. Um dos fenômenos, resultante da questão social, é a *pobreza*, na qual, o sujeito que a vivencia encontra dificuldade para a sua emancipação, isso é, sair desta condição de submissão, opressão, de uma situação precária de recursos econômicos, dificuldade de inserção e manutenção na educação, pouquíssimo ou quase nenhum acesso à cultura. Assim, também é possível perceber que a pobreza apresenta-se na vida dos usuários e usuárias do Serviço Social através da estrutura familiar dimensões ligadas a saúde, ao lazer e de sociabilidade. Desta forma, o perfil do público atendido é de baixa renda e/ou ausência de meios próprios de sobrevivência onde, em diversos casos, a única fonte de renda para sobrevivência é através de programa de transferência de renda e, desta forma, necessitam de apoio com cesta básica e outros meios para a manutenção de sobreviver. Apresentam ainda, dificuldade de obter moradia ou residem em moradias em precárias condições de habitação e analfabetismo ou baixa escolaridade. Percebe-se como estratégia de sobrevivência a busca da rede socioassistencial, Ong's, igrejas e outras redes de solidariedade para obterem apoio em suas demandas para sobrevivências.

Muitos sujeitos desta realidade são frutos de gerações que já vivem neste mesmo meio, às vezes, caminham no mesmo “destino” de seus antecedentes, conseqüentemente, o desejo de ter alguns bens e a dificuldade em obter, leva o sujeito para o para o campo de ações ilícitas.

Desta forma, diante da realidade que vivenciamos no nosso cotidiano, o serviço social requer uma ruptura com as atividades burocráticas, rotineiras e

tarefeiras, as quais, invariavelmente, tendem a reduzir o trabalho do Assistente Social a um leque de tarefas diversas preestabelecidas. O exercício da profissão é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (IAMAMOTO, 2005, p 21). Desta forma, este movimento pode ser observado através do contato direto entre o profissional e os usuários do serviço conhecendo o miúdo da vida destes usuários e estando próximo para compreender as demandas que se apresentam.

Requer um profissional atento e com conhecimento da realidade e do território que está inserido, isso é, ter conhecimento do espaço social onde o sujeito/usuário vive e realiza suas relações sociais. Quem são estas pessoas? Onde e como vivem? O local, a forma de relacionar, a rede de atenção que atende a este público, quais as prioridades que os sujeitos apresentam? Como acontecem as relações sociais naquele local junto ao sujeito? Tanto a teoria, quanto a prática do saber/fazer do Serviço Social, devem se dar no mergulho da realidade espacial em que o cidadão vive, e, de lá, ler e apreender o que se dá a apresentar, e, ao emergir, desvendar os mais variados níveis que aquela realidade apresenta na subjetividade do um a um, na organização urbana, na qualidade da moradia, na oportunidade de trabalho, na condição do esgoto, água, iluminação, ruas, praças, nos espaços de lazer, na presença do Estado, na mediação entre a produção e o consumo etc. Assim, o profissional de Serviço Social somente terá condição de responder tais questões se estiver atendendo a tais usuários com o acolhimento e o saber ouvir direcionado para realizar seu projeto de intervenção a partir das demandas que estes usuários apresentam em seus atendimentos.

Desta forma, vislumbra-se um método da intervenção do Serviço Social em dado espaço. Tal método é a descrição minuciosa desse espaço em todas as dimensões humanas. É fundamental conhecer o território no qual se dará a atuação da assistência social, principalmente, porque em muitos casos, o profissional que lá irá atuar não é nativo daquela realidade.

O Assistente Social trabalha no intuito de favorecer a emancipação do trabalhador explorado a fim de reforçar a consciência de classe. O profissional do

serviço social deve romper com a grande exigência burocrática e realizar de fato uma ação que tem por objetivo facilitar a mudança na realidade da questão social. Propor ações que sejam voltadas para este fim. Por isso, tal profissional necessita entender o movimento da realidade no espaço social em que se manifesta.

Assim, conhecer e compreender o espaço social que os sujeitos ocupam para além da sua atividade de trabalho, é ter a oportunidade de entender como a vida do sujeito acontece em seu território, o qual, também é um espaço de produção do capitalismo, pois a pobreza apresenta ser interesse do capital. Para o capital é importante que obtenha a mão de obra excedente e assim, conseqüentemente, manter o sujeito na condição de dependente de seu emprego e com “medo” de sua emancipação.

Analisar a categoria cotidiano significa reconhecer o banal e o elementar “o miúdo da vida”, já que, de acordo com Lefebvre, pode-se afirmar que “o cotidiano está presente em todas as esferas de vida do indivíduo, seja no trabalho, na vida familiar, nas suas relações sociais, lazer, etc.”. (idem, p. 21).

2.2. Situação do Cotidiano Profissional

Para facilitar essa inserção do serviço social no espaço social em que as vulnerabilidades sociais se apresentam mais contundentemente, criou-se, o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, com o objetivo de atender a demanda social de acordo com as especificidades de cada território, assim, dando autonomia aos usuários. O CRAS vem junto com o movimento de descentralização e hierarquização da assistência social, tendo como meta atender a todos os municípios com áreas de vulnerabilidade.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, verifica-se que o CRAS pode ser entendido como a porta de entrada do acesso às políticas de seguridade social ao cidadão em geral, e, principalmente, àquele em situação de risco, tendo como atuação o atendimento ao indivíduo e à família, levando em consideração os estudos de caso pertinentes a cada situação, pois, cada caso é um caso diferente do outro. Assim a PNAS apresenta o CRAS,

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização de seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (BRASIL, PNAS, 2004, p. 35).

Porém, como é possível esperar esta providência por parte de uma família que está em situação de exclusão, de subalternidade? Supor esta responsabilidade é partir do princípio que esta família ideal está com todos os seus direitos de cidadania garantidos. É visível a lógica capitalista neste tipo de orientação do Estado, ou seja, transferir responsabilidade social à família, mesmo que esta esteja alijada do processo de trabalho. No entanto, esta é a recomendação de atuação para assistente social.

Reconhecido como uma instituição pública, com o objetivo de atendimento de até mil famílias por ano, instalado em áreas de grande vulnerabilidade social para que seja o Estado a ir de encontro às necessidades de seus cidadãos, ou seja, não é o indivíduo que precisa se deslocar até um local burocrático a fim de resolver um problema de direito, e sim, o Estado, a partir de seus representantes técnicos, intervir junto às famílias em seu território e, de lá, abrir portas de acesso a seus direitos, como preconiza a PNAS.

A quantidade de CRAS e o número de famílias que serão referência em cada CRAS está subordinado ao porte do município¹ (MDS, 2009). Está apontado na NOB/SUAS/2005 que: municípios de pequeno porte I – 01 (um) CRAS para 2.500 famílias; município de pequeno porte II - 01 (um) CRAS para 3.500 famílias; município de médio porte – 02 (dois) CRAS para 5.000 famílias; município de grande porte – 04 (quatro) CRAS para 5.000 famílias e; metrópole – 08 (oito) CRAS para 5.000 famílias (MDS, 2005).

¹ A PNAS/2004 se baseia na seguinte classificação dos municípios: município pequeno porte I - até 20.000 habitantes; município pequeno porte II - de 20.001 a 50.000 habitantes; município médio - de 50.001 a 100.000 habitantes; município grande - de 100.001 a 900.000 habitantes; e, metrópole - mais de 900.000 habitantes (MDS, 2005).

Uma das funções do CRAS é estar continuamente prestando informações e orientações para as famílias e indivíduos do seu território de ação, além de liga-los aos pontos da rede quando se fizer necessário, evitando sempre a situação de vulnerabilidade, risco e exclusão social.

Além de ser responsável pelo desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às famílias [...] a equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social. (BRASIL, PNAS, 2004, pág. 35).

O PAIF visa o desenvolvimento tanto no âmbito individual como de grupos e comunidades (MDS, 2012a; 2012b). Por isso, o PAIF é a ação principal da proteção social básica, e, os outros serviços articulados a ele asseguram que o CRAS atue no princípio da matricialidade sócio-familiar e que suas ações sejam efetivas (MDS, 2009).

Observa-se que não é função, nem tampouco, papel do CRAS e dos técnicos ali alocados desempenharem atividades psicoterápicas ou psicodiagnósticas, posto que são atividades não correspondente à proposta do PAIF e de outros programas executados pelo CRAS. Todavia, ao se constatar demandas desse tipo, cabe à equipe entrar em contato com a rede Intersetorial e fazer o encaminhamento devido, assim como, acompanhar o caso, além de garantir ao usuário a atenção ao serviço no setor competente. (MDS, 2012a).

Pensar o serviço social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo a fim de conseguir decifrá-lo e participar da sua recriação liberando os elos que aprisionam o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais. É nessa perspectiva que se inquire a realidade buscando decifrá-la, e, a partir daí, contribuir para o desenvolvimento de um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização dos compromissos ético-políticos com os interesses coletivos da população.

Sabemos que a cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre e não vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas. As demandas de grupos e classes sociais

prefiguram direitos que só são satisfeitos quando assumidos nas e pelas instituições do Estado, que asseguram uma legalidade positiva, atribuindo-lhes uma dimensão de universalidade. (IAMAMOTO, 2008, p. 131).

A demanda pela atuação emergencial do assistente social é constante, desta forma, estar junto aos usuários realizando um projeto profissional com objetivo de orientar e direcionar para a aquisição de conhecimentos e promoção de cidadania fica com constantes pendências.

Em nossa realidade, os espaços sócio-ocupacionais, ao requererem a força de trabalho dos assistentes sociais, delimitam, mais claramente, as competências e habilidades desses profissionais, ocorrendo no interior da categoria crescente segmentação das atividades profissionais. (FORTI e COELHO, 2015, p. 30).

Desta forma, o assistente social em uma instituição que já possui seu objetivo e metas, também apresenta sua proposta de atuação do trabalho a ser desenvolvido.

Nesse sentido, as requisições que o mercado de trabalho impõe aos assistentes sociais comportam exigências diversas, acerca das habilidades e competências, segundo o espaço sócio-ocupacional que cada profissional ocupa. Assim, em relação aos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que os assistentes sociais se inserem, há em uma ponta, aqueles com uma especialização definida e, em outra, os profissionais que podem operar as políticas, programas e serviços sociais com um conhecimento arraigado no saber imediato. Explica-se: o mercado de trabalho requisita um pequeno segmento de profissionais instrumentalizados em termos práticos e teóricos para analisar a realidade social, formular, planejar e avaliar políticas e programas sociais com a exigência do domínio entre outros, da razão formal-abstrata. Requer-se desse profissional um nível de competência prático-teórica e habilidades no domínio da linguagem, da escrita e da informática diferente do nível exigido daqueles profissionais que, no sistema de proteção social, executam as políticas sociais. (idem, p. 30-1).

Diante do exposto, observa-se a importância e relevância da atuação profissional da assistente social, e também, os diversos campos de atuação onde se faz necessário que a assistente social possua conhecimento abrangente, pois, atualmente temos definido pela Política Nacional de Assistência Social quem se constitui público prioritário da assistência social.

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perdas ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, PNAS, 2004, p. 33).

Quanto a risco social podemos entender como o agravamento de uma situação, como rupturas dos laços familiares e/ou comunitários, dificuldade de acesso aos serviços públicos, e de renda, desemprego. Fatores que aumentam a desigualdade social diante da lei.

O trabalho do serviço social deve pautar para contribuir com a condição de cidadania democrática, de igualdade de participação nas políticas públicas e que favoreçam condições sócio-econômicas igualitárias. Para alcançar este nível dentro de um sistema capitalista, faz-se necessário a organização popular, só assim, se legitima pressão sobre o poder público. Resgatar a noção de cidadania em seu significado de ser o exercício de qualquer cidadão residente no Estado. A inserção nos espaços públicos como Associações de Bairro; CRAS; Conselho de Serviço Social; nos variados movimentos populares etc.

Numa sociedade capitalista a mão de obra de grande parcela da população não é absorvida no mundo do trabalho, isto fica mais evidente para as mulheres trabalhadoras e, algumas vezes, quando parte desta parcela ainda possa vir a ser demandada para alguma atividade de trabalho, isto se dá no campo da informalidade, e, não só são poucos remunerados, quanto não é um trabalho regulamentado, isto é, não há nenhuma garantia trabalhista. Assistimos a exclusão deste trabalhador do processo de compra e venda da força de trabalho e, conseqüentemente, distante de exercer sua cidadania plena, o que contribui para emergir as demandas da “questão social” e seus desdobramentos, pois, desta situação desponta a pobreza e a perda da cidadania plena.

Estudo do Ipea mostra perfil de 3,3 milhões de brasileiros sem emprego há mais de dois anos.

A parcela de desempregados que está nesta situação há mais de dois anos avançou de 17,4% no 1º trimestre de 2015 para 24,8% no mesmo período de 2019, atingindo 3,3 milhões de pessoas. O crescimento é de 42,4% em quatro anos (...) Segundo dados do primeiro trimestre deste ano (2019), o desemprego de longo prazo atinge mais fortemente as mulheres. Entre as desocupadas, 28,8% estão nesta condição há pelo menos dois anos, contra 20,3% dos homens desempregados na mesma situação – embora o crescimento tenha sido maior entre o público masculino. Na análise por faixa etária, 27,3% dos desocupados com mais de 40 anos insistem sem sucesso na busca por trabalho há pelo menos dois anos, mas o crescimento do desemprego de longo prazo é maior entre os jovens. As regiões Norte e Nordeste são as mais afetadas. Além do aumento no tempo de permanência no desemprego, o estudo mostra que os efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho também vêm impactando a renda domiciliar. Em que pese algum ganho real, os dados da Pnad mostram que, no 1º trimestre de 2019, 22,7% dos domicílios brasileiros não possuíam nenhum tipo de renda proveniente do trabalho, e que os domicílios de renda mais baixa foram os que apresentaram menores ganhos salariais. (IPEA, 2019, recurso online).

Desta forma, no sistema capitalista o assistente social evidencia em seu campo de atuação a dificuldade das massas (usuários dos serviços de políticas públicas), em tomar consciência desta questão social. A consequência tem sido mais pobreza proveniente da “redução dos postos de trabalho; no desemprego; na intensificação do trabalho daqueles que permanecem no mercado; na ampliação das jornadas de trabalho, da clandestinidade e da invisibilidade do trabalho não formalizado” (idem, p. 122).

Além, de todas estas questões voltadas para a situação trabalhista que a cada dia produz mais desempregados, vivencia-se, ainda, junto a população alvo das políticas públicas, usuários do serviço social em seus vários postos de atuação, a descaracterização da situação de cidadão, pois, a cidadania na ótica capitalista está atrelada ao consumo. A globalização da economia “descaracterizou a cidadania ao associá-la ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias” (idem, p. 118). Atuar neste campo fronteiro, entre resgatar o direito de cidadania e orientar para o aceso de seus direitos, é gerador de intermediações tensas.

É na tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair - ou deles fugir - porque tecem a trama da vida em sociedade. (idem, p. 120).

A tensão, que Iamamoto muito bem localiza na atuação do assistente social atualmente no Brasil, é, além da atenção emergencial, trabalhar para que esta população perceba que “a luta pela afirmação dos direitos é hoje também uma luta contra o capital” (idem, p. 118-9). Pois, na sociedade capitalista temos a retração do estado e a regressão dos direitos trabalhistas.

O trabalhador permanece exposto e sem seus direitos. Ao mesmo tempo, tendo que aceitar qualquer situação de trabalho sem garantias de direitos, pois, precisa garantir dinheiro para prover o mínimo de sua sobrevivência diária. O que assistimos na prática do dia a dia do assistente social é esta descaracterização dos direitos, como se o usuário necessitasse de um favor social. Isto gera um medo de reivindicação e de luta de organização de parcela da população brasileira, situadas já na “classe” subalterna, pois, temem não conseguirem nem mesmo as “ajudas” de sobrevivência. Por isso, se faz necessário dispensar-lhes orientação social quanto aos direitos básicos de todo o cidadão.

Esse ângulo de abordagem implica decifrar as multifacetadas refrações da “questão social” no cotidiano da vida social, que são “matéria” do trabalho do assistente social, ao se confrontar com as manifestações mais dramáticas dos processos sociais ao nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual, seja em sua vida coletiva. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 154-5 *apud* IAMAMOTO, 2008, p. 119).

Esta tensão ainda perdurará por longo tempo, posto que, o capitalismo está em sua fase mais forte. Sendo assim, a questão social está, na mesma proporção, distante de acabar, que tal fim está longe de acontecer (NETTO, 2001, p. 49).

O processo de o trabalhador ser explorado pela ordem dominante e, ao chegar num ponto de não suportar tal opressão, voltar-se e revoltar-se contra está lógica capitalista, a fim de alcançar seus direitos, necessita de espaços públicos e, também, no privado, para a atuação do Assistente Social junto a classe trabalhadora. Espaços estes advindos de políticas públicas.

Diante do contexto da realidade capitalista que se apresenta, tanto no Brasil, quanto no mundo, vivenciamos profundos impactos na atuação do profissional Assistente Social que, cotidianamente, vivencia no espaço ocupacional a fragmentação das políticas públicas e, em seu outro verso, um número maior do contingente de pessoas que apresentam situação de estar à margem da sociedade e necessitam entender e reivindicar seus direitos a partir de políticas públicas que, tanto lhes favoreça suas necessidades emergenciais, quanto lhes possibilite a consciência de cidadania.

O profissional Assistente Social é um trabalhador que se encontra inserido no contexto de venda da força de trabalho. É um profissional com regulamentação e que tem em seu Estatuto, autonomia para o exercício profissional.

O Serviço Social foi regulamentado como uma “profissão liberal”. Dela decorrem os estatutos legais e éticos que prescrevem uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política à condução do exercício profissional. Entretanto, o exercício da profissão é tencionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social, enquanto trabalhador assalariado, determinante fundamental na autonomia do profissional. Eles restringem, em graus variados, a autonomia profissional na direção social desse exercício, com incidência na sua configuração técnico-profissional. (idem, p. 127).

Em vários campos de atuação profissional em que se insere o assistente social, cada um trará suas especificações e necessidades, tanto seja no público ou no privado. São estas determinações que servirão de referência da atuação naquele contexto.

Embora regulamentado como uma profissão liberal na sociedade, o Serviço Social não se realiza como tal. Isso significa que o assistente social *não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional autônomo*. Depende de recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o requisita e contrata, por meio dos quais é exercido o trabalho especializado. (IAMAMOTO, 2005, p. 63).

Desta forma, seja qual for o campo e área de atuação do assistente social o mesmo está inscrito na compra e venda da força de seu trabalho, assalariado, e necessita dar respostas ao contrato de trabalho.

A condição assalariada – seja como funcionário público ou assalariado de empregadores privados, empresariais ou não - envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho. Eles estabelecem as condições que o trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índice de produtividade e metas a serem cumpridas. Oferecem, ainda, background e recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho, e recortam as expressões da “questão social” que podem se tornar matéria da atividade profissional. (IAMAMOTO, 2008, p. 128).

Diante deste contexto, no qual o profissional assistente social, além de encontrar-se submetido à condição de assalariado, também necessita responder a um contingente de obrigações orientadas pelo espaço em que ocupa e nos dizeres de Marilda Iamamoto “além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras) que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades a realização dos próprios profissionais”. (idem, p. 128). Desta forma, a realidade em que se encontra diariamente o Assistente Social, é, além de estar consciente de que também é um trabalhador inserido no sistema capitalista, está constantemente nesta luta de esclarecimentos de direitos.

Pode-se observar que o agravamento da questão social atinge “a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania” (idem, p. 120). Desta forma, parece que o indivíduo, diante da desigualdade social e econômica, fica desamparado e com dificuldade de se situar na realidade social.

Para ilustrar vamos trazer dois casos que representam a realidade dos desdobramentos da questão social, como uma das expressões vivenciadas no trabalho do assistente social, o qual, convive cotidianamente com as mais amplas situações consequentes da desigualdade social, as quais, são dramas vividos tanto no nível da vida individual ou coletiva.

Ampliam-se, ao mesmo tempo, as fissuras e contradições entre as classes e o espectro de suas lutas, acrescidas de disparidades de gênero, geração, etnias, regiões e meio ambiente, que, enraizadas nas particularidades nacionais, impõem novas determinações históricas à produção e reprodução das relações sociais. É necessário, portanto, um esforço de apreender as mediações que envolvem a produção e reprodução da questão social e suas múltiplas expressões, que são objeto de trabalho do assistente social. (IAMAMOTO, 2015, p. 54, grifo da autora).

2.3. Casos representativos dos desdobramentos da questão social

Para exemplificar os casos que ora vamos apresentar, usaremos nomes fictícios para guardar a privacidade dos indivíduos em questão.

Caso Washington da Silva. Homem, 38 anos, residente em Barbacena, Minas Gerais, com mãe e irmã, desempregado, quinta série do ensino fundamental. No início da vida adulta, resolveu ir tentar a vida na cidade do Rio de Janeiro. Foi morar na comunidade da Rocinha. Vivia de fazer “bicos” de eletricitista, nunca teve nenhuma proteção social. Na altura de seus trinta e seis anos, acometeu-lhe adoecimento com diabetes. Relata que estava se sentindo muito mal, sintomas clínicos graves começaram a impedi-lo de trabalhar. Amigos aconselharam que retornasse à sua cidade a fim de sua família o ajudar. Assim o fez. Chegando em Barbacena foi levado em situação de emergência para atendimento hospitalar no Hospital Regional de Barbacena - HRB, onde, após avaliação médica, foi diagnosticado que estava sem função renal e necessitava iniciar tratamento de hemodiálise. Desta forma, ficou internado no HRB, e, iniciou a hemodiálise indo à outra clínica, ou seja, o hospital realizava o seu deslocamento. Concomitante a este procedimento, solicitou-se junto à secretaria de saúde do município, a abertura da Autorização para Procedimento Ambulatorial (APAC).

O serviço de hemodiálise é um dos vários espaços em que o profissional assistente social atua, neste caso, a clínica de hemodiálise de Barbacena, conta com uma assistente social. Por isso, a mãe e irmã de Washington solicitaram para conversar com a assistente social sobre ele, ambas informaram estar angustiadas devido a situação clínica e trabalhista do mesmo. Disseram que nunca poderiam imaginar que ele estava doente e numa situação de doença crônica e, ainda, que o mesmo trabalhava como eletricitista autônomo no Estado do Rio de Janeiro, porém, sem contribuição junto à Previdência Social. Disseram que ao encontrar dificuldade para acesso no tratamento de saúde no Estado do Rio de Janeiro e, diante do quadro de fragilidade na saúde, ele foi orientado por amigos para retornar para próximo de sua família que reside em Barbacena.

Durante atendimento ao Washington, este relata preocupação e desespero devido a sua situação financeira. Relatou que teve necessidade de retornar para casa de sua mãe, e, está sobrevivendo com apoio de seus familiares. Ainda

informou ter cinco filhos e necessitar pagar a pensão alimentícia para dois deles. Sobre a contribuição junto à previdência disse que devido à instabilidade de trabalho (em alguns momentos havia e em outros não) não realizava contribuição com a previdência social, pois, nunca “sobrava” dinheiro para fazer tal reserva e também, não pensava que pudesse adoecer sendo tão jovem.

Através do cadastro socioeconômico verificou-se que reside com a mãe, que é idosa, aposentada, recebendo o valor de um salário-mínimo e, junto da irmã, que trabalha no comércio como vendedora e tem renda de um salário-mínimo. Desta forma, a situação de renda *per capita* do Washington não apresenta perfil econômico para receber o benefício assistencial – Benefício de Prestação Continuada (BPC), o qual, é baseado na renda *per capita* no valor de um quarto do salário-mínimo.

Mesmo ciente desta situação, trabalhamos no sentido de orientar Washington tanto sobre a questão da renda *per capita* a fim de ter direito ao benefício, quanto solicitar seu cadastro para realizar a perícia no INSS, o que fora providenciado. E que o prazo para o INSS convocar para avaliação médica é de quarenta e cinco dias legais, porém, na prática, certamente, teria que aguardar um longo tempo.

Percebe-se neste caso um sujeito típico da vulnerabilidade social derivado da questão social. Por isso, o drama pessoal e familiar ao constatarem a dificuldade de acesso aos direitos de cidadão. O que se apresenta é: um sujeito realizando um tratamento de saúde, para o qual, são necessários aportes tais como: medicamentos, alimentação adequada ao tratamento, locomoção; pensão alimentícia a dois filhos menores sem condições de arcar; residir de favor na casa materna; entre tantas outras variáveis que assolam o entorno desta situação.

Podemos observar a demanda emergencial, a situação do trabalhador explorado e sem garantias trabalhistas, e, a necessidade de trabalhar com esta família para a consciência de sua situação e a necessidade de se organizarem, por isso, são necessários encaminhamentos aos serviços públicos de assistência social a fim de conquistarem mudanças.

Podemos evidenciar como desdobramento da questão social a situação de trabalho sem contrato e/ou garantias trabalhistas. O sujeito não é absorvido pelo mercado de trabalho e como necessita suprir suas necessidades de sobrevivência, passa a realizar atividades sem nenhuma garantia. Desta forma, observa-se que o sujeito torna-se um fardo, por estar doente, ao retornar à residência da família, sem possuir qualquer fonte de renda neste momento de fragilidade em seu estado de

saúde, quando se evidencia maior necessidade de gastos para melhorar seu estado clínico. Temos um sujeito sem condições de venda de sua mão de obra, sem poder de compra, o que para o capital será considerado não cidadão, e, sem proteção social. Não é difícil supor que será mais um a engrossar a estatística dos desempregados, e, a aumentar a população dos subalternos.

Quanto ao próximo caso, denominaremos Caso Maria. O CRAS Nova Cidade, em Barbacena, recebeu do poder judiciário encaminhamento para acompanhar a situação de vulnerabilidade social de uma família. Ato contínuo, membros da equipe técnica, entre os quais, a assistente social, empreenderam uma visita domiciliar. Eis o caso.

Maria conta que, aos dezesseis anos de idade passou a residir na Casa de Acolhimento por ordem judicial, posto ser sua mãe falecida, por suicídio e, o pai, alcoolista e desempregado, ter abusado sexualmente dela, além de agredir. Desta forma, ocorre a perda do Poder Familiar e Maria se vê só, numa casa que não é sua.

São crianças e adolescentes vítimas do desdobramento da questão social. Nesta Casa haviam três irmãos que recebiam a visita de seu pai, que era separado e as crianças residiam com a mãe, usuária de drogas, por isso, terem ido parar lá. O pai, José, 24 anos, tenta resgatá-los. Nestas visitas, conhece Maria. Se unem pelos seus dramas inerentes à classe social que pertencem. Assim, Maria conhece este que se tornaria seu namorado e futuro companheiro. Desta forma, inicia-se uma paquera entre ambos, seguida de namoro. Quando Cristiane alcança seus 18 anos, está apta, somente por causa de uma idade civil, a deixar a Casa de Acolhimento.

Enamorados, José e Maria decidem morar juntos num casebre. José, em seguida, consegue a guarda dos três filhos. Eis aí uma família? Sim. Foi uma família que fora acolhida pelo serviço social através da política de assistência social, CRAS. Durante a visita domiciliar, para conhecer a realidade social e econômica da família, é possível perceber a situação de miséria em vivem. A “casa” fica num local de difícil acesso, pois, é em uma ladeira inacessível chegar de carro. A residência, de 16m², possui dois cômodos, sendo um quarto e outro usado também como se fosse um quarto, com uma cama para as três crianças, um fogão e uma geladeira. O banheiro, 1,50m², fica do lado de fora. O piso de cimento grosso, as paredes somente no tijolo furado, as telhas de amianto com buracos e, os “móveis” em precárias condições de uso. Um ambiente tão apertado para todas as necessidades de uma família de cinco pessoas. Maria relata que seu companheiro trabalha de servente de pedreiro, sem

garantias trabalhistas, no mercado informal, ou seja, sem proteção social. Diz que ele, também, faz uso de drogas ilícitas.

Desta forma, José e Maria foram convidados a participarem das atividades no CRAS, onde reforçariam sua consciência de classe e, se informariam de seus direitos enquanto cidadãos, e, as crianças participariam de atividades recreativas e lúdicas. Porém, José justifica que não pode, pois tem que trabalhar. Maria diz que não pode, pois passa o dia cuidando dos três enteados, lavando roupa, cuidando da casa, cozinhando, levando as crianças à escola e, quando necessário, ao Posto de Saúde. Diz ter muitas atividades em seu dia a dia e não sobra um momento para si. Entretanto, comparece ao CRAS, com as crianças, quando necessita suprir alguma demanda de alimentos para a família. Nestes breves momentos, a equipe se esforça para acolhê-los num trabalho de tomada de consciência de políticas públicas.

Passados sete meses desta situação, Maria comparece ao CRAS e relata estar grávida. Informa que se esqueceu de tomar a injeção contraceptiva no posto de saúde. Durante o início da gestação Maria comparece sozinha e com mais frequência ao CRAS. Sempre dizia que estava com “desejo” de tomar um café, comer pão fresco, e obter uma alimentação melhor. Num destes dias, Maria chega chorando. Fala que seu companheiro a agrediu. Estava desolada, com medo de tomar qualquer atitude. Diz que estava pensando em procurar uma tia, irmã de sua mãe, na cidade do Rio de Janeiro. Assim o fez. Foi mais uma, das muitas Marias anônimas, vítima dos estragos da questão social.

Neste segundo caso podemos perceber diversos desdobramentos da questão social. Tais como, ausência de vínculos familiares, violência sexual dentro do núcleo familiar. Viver em uma Casa do Município, onde, também, não possui vínculos com a população dos moradores da Casa. Em seguida, passa a viver em um barracão em precárias condições de habitação, com um homem que a acolhe, e, aos 18 anos, se vê madrasta de três crianças. O companheiro obtém a renda de sustento da família através de trabalho informal e, sem direitos trabalhistas. Ao engravidar, sai para o mundo na tentativa de encontrar melhor apoio. Assim, o assistente social de campo se depara diuturnamente com os desdobramentos da questão social e assiste crescer uma população como classe subalterna.

4. CONCLUSÃO

Fica claro que a questão social é a expressão de uma sociedade capitalista, na qual, o trabalho não está associado à apropriação dos seus frutos. A sociedade se organiza em função do capital e isto indicará os estratos sociais, dentre os quais, uma camada expressiva da sociedade vem se instalando no polo extremo proveniente da desigualdade social, o estrato da pobreza. Como um dos efeitos da questão social, boa parte da população não só fica alijada do processo de trabalho, como, também, das condições mínimas de sobrevivência, apontando para uma questão além da desigualdade social, uma exclusão social. No entanto, mesmo os que estejam inseridos no mercado de trabalho, ainda assim, muitos apresentam condições de vida muito aquém de uma igualdade social.

O que podemos perceber foi que a questão social se amplia na desigualdade de classes; no trabalho social e a não apropriação de bens da civilização; no desemprego; na pobreza material ou falta de bens de consumo; na exclusão de cidadãos, sujeito de direitos e obrigações. E, um dos equívocos é lançar sobre cada sujeito, que está na ponta destituída de acesso aos bens da civilização, a responsabilidade por estar nesta situação, como se culpa tivesse. Entretanto, esta via é a da culpabilização, jogar em sua conta mais um débito, a de não conseguirem sair de tal situação de risco social.

O que conseguimos obter de resposta a nossas indagações foi que a classe trabalhadora, em seu grito revolucionário em 1848, descortina a questão social. Que mostra a desigualdade abissal entre as classes sociais. E cada vez mais a lógica capitalista a fomentar esta distância. A mão de obra do trabalhador, sendo sua única mercadoria de venda, foi sendo não necessária num mercado que visa o capital sobre o social. Desta forma, grande contingente de potenciais trabalhadores foram excluídos do mercado de trabalho, constituindo uma população alojada na periferia da sociedade, quase se configurando como uma outra classe, isolados e à margem do social.

O enfrentamento dos efeitos da “questão social” nos remete à situação de empobrecimento em que se encontra a classe trabalhadora, resultado do capitalismo, da flexibilização e precarização do trabalho, bem como as formas de proteção social de responsabilidade do Estado. O fato de o trabalho se tornar flexível e precário, faz com que grande parte da população fique sem acesso ao trabalho,

desta forma, sem proteção social contributiva, conseqüentemente, amplificação da desigualdade social

Com os avanços do Serviço Social e das políticas públicas, observa-se uma relação entre Assistente Social e Assistência Social como um dos enfrentamentos da questão social, entretanto, muitas questões para tais entendimentos exigem esforços coletivos no âmbito da categoria para serem estudadas, construídas e, conquistar mais avanços em nossa identidade profissional.

Assim, compreendemos que um dos exercícios do Assistente Social se dá através e na política de assistência, especificamente, à camada populacional situada na extrema precariedade social; na mediação das questões sociais e políticas que se apresentam nos espaços sócio-operacionais; nos conflitos entre os interesses da instituição, pública ou privada, e os sujeitos de sua ação; nos obstáculos que impedem a diminuição das desigualdades sociais, inerentes ao movimento histórico das lutas de classes. Entendemos, assim, a prática do Assistente Social no enfrentamento dos múltiplos desdobramentos da questão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**: Norma operacional básica – NOB/SUAS. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). In: **Vade Mecum Completo**. Obra coletiva de autoria da editora Saraiva com a colaboração de Lívia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha – 17. ed. - São Paulo: Saraiva. 2017.

FORTI, Valéria e COELHO, Marilene (orgs). **Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social**: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua prática. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2005.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **A questão social no capitalismo**. In: Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABPSS, Grafile, 2001.

_____. **Mundialização do capital, “questão social” e serviço social no Brasil**. In: revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do estado do Rio de Janeiro, n.21. Rio de Janeiro, 2008.

IPEA. **Número de desempregados de longo prazo cresce 42,4% em quatro anos**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34817 Acesso em 17 jan. 2020.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”?** (Aufklärung). Petrópolis: Vozes, 2005.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente; CARVALHO, Sandro Sacchet de; CORSEUIL, Carlos Henrique L. **Mercado de trabalho**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/desigualdade-de-renda/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MARX, Karl. **O capital**. Edição condensada. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

MODESTO, Cátia Cristina. **A perspectiva territorial identificada na política nacional de saúde.** UFJF. Dissertação de Mestrado, 2017

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** In: Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABPSS, Graflin, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social:** expressões da questão social no Brasil. In: Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABPSS, Graflin, 2001.